

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
SOBRE OS AUTORES	11

LIVRO I CONCEITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	45
1. A TRIPARTIÇÃO DE FUNÇÕES	45
1.1. O CONCEITO DE FUNÇÃO	45
1.2. A FUNÇÃO POLÍTICA OU DE GOVERNO	46
1.3. A FUNÇÃO DE CONTROLE	48
2. DEFINIÇÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	51
3. A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO	52
4. DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO	54
5. CONTEÚDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	56
CAPÍTULO II – FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	59
1. FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	59
1.1. CONCEITO DE “FONTES”	59
1.2. O PODER LEGISLATIVO	60
1.2.1. A lei	60
1.3. O PODER EXECUTIVO	64
1.3.1. Poder Regulamentar ou Competência Regulamentar	64
1.3.2. Espécies de Regulamentos no Sistema Jurídico	65
1.3.2.1. Regulamento de Execução	65
1.3.2.2. Regulamento Autônomo ou Independente	66

1.3.3.	Regulamento Delegado.....	66
1.3.3.1.	Limites do Regulamento Delegado.....	67
1.3.4.	Regulamento de Necessidade ou de Urgência.....	67
1.3.4.1.	Limites do Regulamento de Necessidade ou de Urgência	67
1.3.5.	Regulamento de Complementação.....	67
1.3.5.1.	Limites ao Regulamento de Complementação.....	67
1.3.6.	Espécies de Regulamento Existentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	68
1.3.7.	Meio de Veiculação do Regulamento	69
1.3.8.	Autoridade Competente para Editar Regulamentos	69
1.3.9.	Controle de Constitucionalidade dos Regulamentos	70
1.3.10.	Outras Normas Editadas.....	70
1.4.	PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS	70
1.5.	O PODER JUDICIÁRIO	72
1.5.1.	A jurisprudência	73
1.6.	A SOCIEDADE	78
1.6.1.	A Sociedade Nacional.....	78
1.6.1.1.	O costume.....	78
1.6.1.2.	Espécies de costume	79
1.6.2.	A Sociedade Internacional	81
1.6.2.1.	As Normas Internacionais.....	81
1.7.	DOCTRINA	83
CAPÍTULO III – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....		85
1.	A HERMENÊUTICA	85
2.	A INTERPRETAÇÃO	85
3.	TÉCNICAS INTERPRETATIVAS	87
4.	EFEITOS PRODUZIDOS PELA INTERPRETAÇÃO.....	88
5.	SUBSUNÇÃO E PONDERAÇÃO.....	89
6.	DISPOSITIVOS DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)	92

7. INTEGRAÇÃO	102
7.1. ANALOGIA.....	102
7.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	102
7.3. EQUIDADE	103
CAPÍTULO IV – REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	105
1. AXIOMAS, PRINCÍPIOS E REGRAS JURÍDICAS	105
2. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	108
3. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE	110
4. PRINCÍPIO DA MORALIDADE.....	111
4.1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	113
4.2. CONFLITO DE INTERESSES.....	116
5. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	118
6. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	122
7. OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA...	124
7.1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	124
7.2. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	125
7.2.1. Fundamento.....	125
7.2.2. Fim	126
7.2.3. Momento	126
7.2.4. Atos que devem ser motivados	126
7.2.5. Espécies de motivação	127
7.2.6. Requisitos da motivação.....	127
7.2.7. Consequências da falta de motivação.....	127
7.3. PRINCÍPIO DA FINALIDADE.....	127
7.4. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.....	131
7.4.1. Campo de aplicação	132
7.4.2. Finalidade.....	132
7.4.3. Critério de aferição	132
7.5. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	132
7.6. PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA AMPLA DEFESA	134

7.7.	PRINCÍPIO DO CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	135
7.8.	PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS ADMINISTRATIVOS	135
7.9.	PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	136
7.10.	PRINCÍPIO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA	137
7.10.1.	Pressupostos para a configuração da Confiança Legítima	138
7.10.2.	Conceito de Confiança Legítima	139
7.10.3.	Defraudação da confiança legítima	140
7.10.4.	Mudança repentina, brusca e intempestiva do ato estatal	140

LIVRO II

SUJEITOS DAS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	145
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	145
2. ENTE	145
3. ÓRGÃO	147
3.1. ELEMENTOS DO ÓRGÃO.....	148
3.1.1. Competências públicas	148
3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS.....	148
3.2.1. Quanto à estrutura	148
3.2.2. Quanto às funções	149
3.3. RELAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS.....	152
3.3.1. Relações de competências alternadas	152
3.3.1.1. Suplência ou substituição	152
3.3.1.2. Prorrogação de competência	153
3.3.1.3. Delegação de competência	153
3.3.1.4. Avocação de competência.....	154
3.3.1.5. Deferimento de competência.....	154
3.3.2. Relações de competências interdependentes.....	154
3.3.3. Relações de conflitos de competências	156
3.3.4. Ordenação das relações entre os órgãos.....	156

3.3.4.1.	Relações de ordenação extrínseca	156
3.3.4.2.	Relações de ordenação intrínseca	156
4.	DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	159
5.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIÃO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	160
5.1.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	160
5.2.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	161
5.2.1.	Autarquias	161
5.2.1.1.	Conceito	161
5.2.1.2.	Regime jurídico	163
5.2.2.	Agência reguladora	168
5.2.2.1.	Características das agências reguladoras	174
5.2.2.2.	Controle das agências reguladoras	176
5.2.3.	Agências executivas	177
5.3.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS	177
5.3.1.	Natureza das fundações públicas	178
5.3.2.	Objeto social	181
5.3.3.	Regime jurídico	181
5.3.3.1.	Regime jurídico das fundações de direito privado	182
5.4.	CONSÓRCIO PÚBLICO	183
5.5.	EMPRESAS ESTATAIS	185
5.5.1.	Empresa pública	185
5.5.1.1.	Conceito	185
5.5.2.	Sociedade de economia mista	186
5.5.3.	As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista	187
5.5.4.	Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências	188
5.5.5.	Critério para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado	189
5.5.6.	Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista ...	189
5.5.7.	A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de direito privado	190

5.5.8.	O regime jurídico das empresas estatais	190
5.5.9.	Aspectos relevantes da Lei 13.303, de 2016	196
5.5.9.1.	Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista	197
5.5.9.2.	Do regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista	197
5.5.9.3.	Disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da união ou seja de prestação de serviços públicos	208
CAPÍTULO II – AGENTES PÚBLICOS		223
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	223
2.	AGENTES PÚBLICOS	223
3.	AGENTES POLÍTICOS	223
4.	OS MEMBROS DE PODER	224
5.	SERVIDORES ESTATAIS	224
5.1.	SERVIDOR PÚBLICO	225
5.2.	SERVIDORES DAS PESSOAS GOVERNAMENTAIS DE DIREITO PRIVADO (EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA)	226
5.3.	PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO	226
6.	CARGOS	228
6.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS	228
6.2.	CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS	229
6.3.	PROVIMENTO DE CARGOS	230
6.3.1.	Forma do provimento	231
6.3.2.	Espécies de provimento	231
6.3.2.1.	Provimento inicial, autônomo ou originário	231
6.3.2.2.	Provimentos derivados	232

7. EMPREGOS PÚBLICOS	233
7.1. A DISTINÇÃO ENTRE CARGOS E EMPREGOS	234
8. FUNÇÃO PÚBLICA.....	235
9. DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS DOS AGENTES PÚBLICOS.....	236
9.1. NORMAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS COM OS SERVIDORES ESTATAIS	236
9.1.1. Limite global de despesas com pessoal.....	236
9.1.2. Previsão orçamentária e autorização orçamentária.....	236
9.1.3. Proibição de transferência de recursos e concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal	236
9.2. NORMAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	237
9.2.1. Criação de remuneração por subsídio	237
9.2.2. Limite de remuneração	237
9.2.3. Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário (art. 37, XII, da CF).....	238
9.2.4. Proibição de vinculação de vencimentos (art. 37, XIII, da CF).....	238
9.2.5. Cálculo de acréscimos pecuniários (art. 37, XIV, da CF).....	239
9.2.6. Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração de servidores públicos (art. 37, X, da CF)	239
9.2.7. Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração (art. 37, X, da CF)	239
9.2.8. Irredutibilidade de vencimentos (arts. 37, XV, e 7º, VI, da CF)	240
9.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES ESTATAIS (TITULARES DE CARGOS OU EMPREGADOS).....	240
9.3.1. Princípio da ampla acessibilidade aos cargos e empregos.....	240
9.3.2. Princípio da acessibilidade por concurso público.....	241
9.3.3. Aproveitamento	247
9.3.4. Direito de greve e de sindicalização.....	248
9.3.5. Proibição de acumulação remunerada	249
9.4. NORMAS ESPECÍFICAS DO REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS	250
9.4.1. Estabilidade	250
9.4.1.1. Conceito (positivo).....	250
9.4.1.2. Conceito (negativo).....	251

9.4.1.3.	Servidores vitalícios	252
9.4.2.	A disponibilidade. Conceito	252
9.4.3.	Direitos e vantagens dos servidores estatutários	253
9.4.3.1.	De ordem pecuniária	253
9.4.3.2.	Direitos de ausência ao serviço	256
9.4.3.3.	Benefícios previdenciários	259
9.4.4.	Deveres e responsabilidade dos servidores públicos estatutários ...	260
9.4.4.1.	Deveres	260
9.4.4.2.	Responsabilidades. Imposição de sanções por conduta faltosa	261
9.4.4.3.	Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025	263

CAPÍTULO III – PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 269

1.	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	269
1.1.	INTRODUÇÃO	269
1.2.	DOS REQUISITOS QUE DEVEM SER PREENCHIDOS PELA PESSOA JURÍDICA PRIVADA	271
1.3.	EFEITOS JURÍDICOS DA QUALIDADE DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL	276
1.4.	DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE GESTÃO	278
1.4.1.	Pressupostos e elementos do contrato de gestão	279
1.4.2.	Da execução e fiscalização do contrato de gestão	281
1.4.3.	A extinção do contrato	284
1.5.	A DESQUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL ...	285
2.	SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	296
2.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	296
2.2.	ENTIDADES QUE PODEM SE QUALIFICAR COMO OSCIPS	296
2.3.	ENTIDADES QUE NÃO PODEM SE QUALIFICAR COMO OSCIPS	297
2.4.	DO ESTATUTO DAS OSCIPS	297
2.5.	DO PEDIDO DE QUALIFICAÇÃO COMO OSCIP	299
2.6.	DA PERDA DA QUALIFICAÇÃO (ARTS. 7º E 8º)	300
2.7.	DO TERMO DE PARCERIA	301

3. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E O REGIME JURÍDICO PREVISTO NA LEI 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	302
3.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO	302
3.2. FUNDAMENTOS DO REGIME GERAL	304
3.3. PRINCÍPIOS JURÍDICOS	305
3.4. ESPÉCIES DE PARCERIAS VOLUNTÁRIAS	305
3.5. O TERMO DE FOMENTO	306
3.6. O TERMO DE COLABORAÇÃO	307
3.7. DO CHAMAMENTO PÚBLICO	307
3.8. DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO	309
3.9. FORMALIZAÇÃO	310
3.10. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS	311
3.11. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR	311
3.12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	312
3.13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE	313
3.14. MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA	314
4. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS	327

LIVRO III

MODOS DE FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I – PROCESSO ADMINISTRATIVO	335
1. TERMINOLOGIA	335
2. DIFERENCIAÇÃO ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E ATO COMPLEXO ...	335
3. CONCEITO DE “PROCESSO ADMINISTRATIVO”	335
4. CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	337
5. OBJETIVOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	337
6. OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FORMALIZADO	339

7. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	339
INTRODUÇÃO	339
7.1. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	341
7.2. PRINCÍPIO DA AUDIÊNCIA DO INTERESSADO	341
7.3. PRINCÍPIO DA ACESSIBILIDADE AOS ELEMENTOS DO EXPEDIENTE	341
7.4. PRINCÍPIO DA AMPLA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.....	342
7.5. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	342
7.6. PRINCÍPIO DA REVISIBILIDADE	342
7.7. PRINCÍPIO DE SER REPRESENTADO E ASSISTIDO.....	343
7.8. PRINCÍPIO DA LEALDADE E BOA-FÉ.....	343
7.9. PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL	344
7.10. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE	344
7.11. PRINCÍPIO DA GRATUIDADE.....	345
7.12. PRINCÍPIO DO INFORMALISMO	345
7.13. PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE	345
7.14. PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	346
8. FASES DO PROCESSO	347
8.1. FASE PROPULSORA OU DE INICIATIVA.....	347
8.2. FASE INSTRUTÓRIA.....	348
8.3. FASE DISPOSITIVA.....	348
8.4. FASE CONTROLADORA OU INTEGRATIVA.....	348
8.5. FASE DE COMUNICAÇÃO	348
9. ESPÉCIES DE PROCESSO	348
9.1. PROCESSOS INTERNOS	348
9.2. PROCESSOS EXTERNOS	348
9.3. PROCESSOS RESTRITIVOS OU ABLATÓRIOS.....	349
9.4. PROCESSOS AMPLIATIVOS	349
10. TESES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	349
11. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA.....	350
CAPÍTULO II – ATOS ADMINISTRATIVOS	355
1. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	355

2. ATO ADMINISTRATIVO	356
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	356
2.2. CONCEITO	356
2.3. CARACTERÍSTICAS.....	358
2.4. PLANOS DE ANÁLISE DO ATO ADMINISTRATIVO.....	358
2.5. REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	360
2.5.1. Requisitos externos	360
2.5.1.1. Sujeito	360
2.5.1.2. Objeto.....	361
2.5.1.3. Pertinência à função administrativa.....	361
2.5.1.4. Motivo.....	361
2.5.1.5. Motivação	364
2.5.1.6. Finalidade	365
2.5.2. Requisitos internos.....	366
2.5.2.1. Conteúdo	366
2.5.2.2. Forma	367
2.5.2.3. Formalização.....	367
2.5.2.4. Causa	367
2.6. ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	368
2.6.1. Presunção de legitimidade	368
2.6.2. Presunção de veracidade	370
2.6.3. Imperatividade.....	370
2.6.4. Exigibilidade	370
2.6.5. Autoexecutoriedade.....	371
2.6.6. A tipicidade	373
2.7. CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	373
2.7.1. Quanto à natureza da atividade	374
2.7.2. Quanto à estrutura do ato.....	374
2.7.3. Quanto aos destinatários do ato	374
2.7.4. Quanto aos efeitos do ato	375
2.7.5. Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados ...	375
2.7.6. Quanto à situação de terceiros	375

2.7.7.	Quanto à composição da vontade produtora do ato	376
2.7.8.	Quanto à natureza das situações jurídicas que cria.....	377
2.7.9.	Quanto à posição jurídica da Administração	377
2.7.10.	Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática.....	378
2.7.11.	Quanto à função da vontade	386
2.8.	ATOS ADMINISTRATIVOS <i>IN SPECIE</i>	386
2.8.1.	Em função do conteúdo	386
2.8.1.1.	Admissão.....	386
2.8.1.2.	Concessão	386
2.8.1.3.	Permissão	387
2.8.1.4.	Autorização	388
2.8.1.5.	Aprovação	388
2.8.1.6.	Dispensa	389
2.8.1.7.	Ordem.....	389
2.8.1.8.	Renúncia	390
2.8.1.9.	Licença.....	390
2.8.1.10.	Homologação.....	390
2.8.1.11.	Recusa.....	391
2.8.1.12.	Decisão	391
2.8.1.13.	Habilitação.....	391
2.8.1.14.	Visto.....	392
2.8.2.	Formas de manifestação dos atos.....	392
2.8.2.1.	Decreto	392
2.8.2.2.	Portaria	392
2.8.2.3.	Alvará.....	392
2.8.2.4.	Instrução	392
2.8.2.5.	Circular	393
2.8.2.6.	Ordem de serviço.....	393
2.8.2.7.	Resolução.....	393
2.8.2.8.	Parecer	393
2.8.2.9.	Ofício.....	394

2.9. O SILÊNCIO NO DIREITO ADMINISTRATIVO	394
2.10. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	395
2.10.1. Revogação	396
2.10.1.1. Conceito	396
2.10.1.2. Sujeito da revogação	397
2.10.1.3. Objeto da revogação	397
2.10.1.4. Fundamento da revogação	397
2.10.1.5. Motivos da revogação	398
2.10.1.6. Efeitos da revogação	398
2.10.1.7. Natureza do ato revogador	398
2.10.1.8. Limites ao poder de revogar	398
2.10.1.9. Revogação e indenização	399
2.10.2. Invalidade dos atos administrativos	400
2.10.2.1. Conceito	400
2.10.2.2. Sujeitos ativos	400
2.10.2.3. Objeto da invalidação	400
2.10.2.4. Fundamento da invalidação	401
2.10.2.5. Motivo da invalidação	401
2.10.2.6. Efeitos da invalidação	401
2.10.3. Classificação da invalidade	401
2.10.3.1. Atos irregulares	401
2.10.3.2. Atos anuláveis	402
2.10.3.3. Atos nulos	404
2.10.3.4. Atos inexistentes	404
2.10.3.5. Decaimento	405
CAPÍTULO III – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO	409
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	409
2. OBJETIVOS DA LICITAÇÃO	409
3. NATUREZA JURÍDICA DA LICITAÇÃO	411

4. CONCEITO	411
5. ATOS QUE DEMANDAM LICITAÇÃO	412
6. PERFIL CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO	413
7. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO	413
8. OS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO	414
8.1. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	415
8.2. O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE	415
8.3. O PRINCÍPIO DA MORALIDADE	415
8.4. O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	416
8.5. O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	416
8.6. O PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO	416
8.7. O PRINCÍPIO DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	417
8.8. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	417
8.9. O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO	417
8.10. O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	418
8.11. O PRINCÍPIO DA EFICÁCIA	418
8.12. O PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	419
8.13. O PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	420
8.14. O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO	420
8.15. O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO	421
8.16. O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	421
8.17. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	422
8.18. O PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE	423
8.19. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	423
8.20. O PRINCÍPIO DA CELERIDADE	424
8.21. O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE	424
8.22. O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	424
8.23. O PRINCÍPIO DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA AO VENCEDOR	424
9. OBRIGADOS A LICITAR	425
10. OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO	426

11. A DISPENSA E A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A CONTRATAÇÃO DIRETA.....	426
11.1. CASOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	426
11.2. CASOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	429
11.3. DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	435
12. MODALIDADES DA LICITAÇÃO	437
12.1. O PREGÃO	437
12.2. CONCORRÊNCIA	439
12.3. DIÁLOGO COMPETITIVO	440
12.3.1. A inspiração europeia	440
12.3.2. Hipóteses de cabimento	441
12.3.3. As diferenças entre o Diálogo Competitivo e o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.....	443
12.3.4. O Procedimento do Diálogo Competitivo.....	444
12.3.5. Diálogo competitivo: desafios e perspectivas.....	445
12.4. CONCURSO	447
12.5. LEILÃO.....	448
13. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	449
13.1. A FASE INTERNA DA LICITAÇÃO	449
13.1.1. Vedações nas licitações.....	453
13.1.2. Dos Agentes Públicos.....	454
13.2. A FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO	457
13.2.1. Fase externa da licitação na modalidade concorrência	457
13.2.1.1. Edital	457
13.2.1.2. Habilitação.....	462
13.2.1.3. Julgamento ou classificação	467
13.2.1.4. Do Encerramento da Licitação	471
14. DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO	476
15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS PARA REEXAME INTERNO DA LICITAÇÃO...	476
15.1. DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES	478
15.1.1. Credenciamento	478
15.1.2. Pré-Qualificação.....	479

15.1.3.	Procedimento de Manifestação de Interesse	479
15.1.4.	Do Sistema de Registro de Preços.....	480
15.1.5.	Registro cadastral.....	482
16.	LEIS ESPECIAIS DE LICITAÇÃO	483
16.1.	LICITAÇÃO EM PUBLICIDADE	483
16.1.1.	Objeto	483
16.1.2.	Do procedimento licitatório	484
16.1.2.1.	Das comissões.....	484
16.1.2.2.	Da fase externa.....	485
CAPÍTULO IV –	NEGÓCIOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS	491
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	491
2.	CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	492
3.	DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	492
3.1.	CONCEITO	492
3.2.	CLÁUSULAS CONTRATUAIS NECESSÁRIAS	493
3.3.	FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS	494
3.4.	PUBLICIDADE.....	494
3.5.	PRAZOS.....	495
3.5.1.	Prazo para assinatura do contrato.....	495
3.5.2.	Prazo de vigência contratual	495
3.5.3.	Prazo de recebimento do objeto.....	497
3.6.	PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	497
3.6.1.	Natureza desses poderes	498
3.6.2.	A alteração unilateral	498
3.6.2.1.	Natureza jurídica.....	499
3.6.2.2.	Objeto.....	500
3.6.2.3.	Pressupostos habilitantes do exercício de modificação unilateral do contrato administrativo.....	500
3.6.3.	A rescisão unilateral	502
3.6.4.	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimplecti contractus</i>	504
3.6.5.	Fiscalização	504
3.6.6.	Aplicação de penalidades	505

3.7.	DIREITOS DO CONTRATADO	507
3.7.1.	A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	507
3.7.1.1.	Alterações unilaterais.....	508
3.7.1.2.	Fato do príncipe.....	509
3.7.1.3.	Fato da Administração	510
3.7.1.4.	Teoria da imprevisão.....	511
3.7.1.5.	Interferências imprevistas.....	513
3.7.2.	Direito ao reajuste de preços.....	513
3.7.3.	Direito à atualização monetária	514
3.8.	EXTINÇÃO DO CONTRATO	514
3.8.1.	Extinção normal do contrato	514
3.8.2.	Extinção anormal do contrato.....	515
3.8.2.1.	Extinção anormal do contrato por iniciativa da Administração por fato atribuído ao particular.....	515
3.8.2.2.	Extinção anormal do contrato provocada pela Administração por fato estranho ao particular, relacionado à preservação do interesse público	517
3.8.2.3.	Extinção anormal do contrato provocada pelo particular por fato imputável à Administração.....	517
3.8.2.4.	Extinção anormal do contrato provocada por fato alheio tanto à Administração como ao particular, provocada por caso fortuito ou de força maior	518
3.8.2.5.	Extinção do contrato por ilegalidade.....	518

LIVRO IV

RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS ESPECÍFICAS

TÍTULO I

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE ORDENAÇÃO

INTRODUÇÃO	525
CAPÍTULO I – PODER DE POLÍCIA: LIMITAÇÕES À LIBERDADE E À PROPRIEDADE	529
1. INTRODUÇÃO	529
2. DEFINIÇÃO DE “POLÍCIA ADMINISTRATIVA”	530

3. FUNDAMENTO DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA	531
4. ESSÊNCIA DO PODER DE POLÍCIA	531
5. CARACTERÍSTICAS DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA	531
6. POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	531
7. ATOS QUE EXPRESSAM A POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	532
8. DISCRICIONARIEDADE DO PODER DE POLÍCIA	533
9. DELEGAÇÃO DE ATOS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	534
10. EXECUTORIEDADE DAS MEDIDAS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	536
11. CABIMENTO DAS PROVIDÊNCIAS AUTOEXECUTÓRIAS.....	537
12. POLÍCIA ADMINISTRATIVA E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE CONTRA ABUSOS DA ADMINISTRAÇÃO.....	537
13. SETORES DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	538
14. COMPETÊNCIA DA ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	538
CAPÍTULO II – REGULAÇÃO.....	541
1. DEFINIÇÃO	541
2. ANTECEDENTES	542
3. OBJETO DA FUNÇÃO REGULATÓRIA.....	547
CAPÍTULO III – FUNCIONALIZAÇÃO.....	551
1. DEFINIÇÃO	551
2. CONSEQUÊNCIAS	551
 TÍTULO II RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE PROMOÇÃO	
CAPÍTULO I – SERVIÇO PÚBLICO.....	553
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	553

2	SERVIÇO PÚBLICO À LA FRANÇAISE.....	554
2.1.	A ESCOLA DO SERVIÇO PÚBLICO.....	554
2.1.1.	O pensamento de León Duguit.....	554
2.1.1.1.	A concepção teórica do Estado e do serviço público na visão de Duguit	555
2.1.2.	O pensamento de Gaston Jèze	558
2.2.	A JURISPRUDÊNCIA FRANCESA.....	559
2.3.	A CONCEPÇÃO HODIERNA DO SERVIÇO PÚBLICO À LA FRANÇAISE.....	562
3.	CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO	565
3.1.	PANORAMA GERAL DAS CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO BRASILEIRO	565
3.1.1.	Conceito de serviço público adotado	567
3.1.2.	Elemento Subjetivo	567
3.1.3.	Elemento objetivo	569
3.1.4.	Requisito Teleológico	577
3.1.5.	Elemento Formal	578
4.	PRINCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO	581
4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	581
4.2.	PRINCÍPIO DA GENERALIDADE OU UNIVERSALIDADE	582
4.3.	PRINCÍPIO DA MODICIDADE	583
4.4.	PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.....	585
4.5.	PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	588
4.6.	PRINCÍPIO DA ADAPTABILIDADE, MUTABILIDADE OU ATUALIDADE	588
4.7.	PRINCÍPIO DA CORTESIA.....	589
4.8.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	590
4.9.	PRINCÍPIO DA REGULARIDADE.....	591
5.	OS SERVIÇOS PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	592
6.	A LEI 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	598
7.	DO USUÁRIO	599
CAPÍTULO II – INFRAESTRUTURA.....		605
1.	INTRODUÇÃO	605

1.1. BREVE HISTÓRICO	606
1.2. ESTADO, DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	609
2. INSUFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	611
3. CONCEITO	612
3.1. ELEMENTO SUBJETIVO.....	614
3.2. ELEMENTO OBJETIVO	615
3.2.1. Infraestrutura e bem público (obra pública)	616
3.2.2. Infraestrutura e serviço público	619
3.3. ELEMENTO TELEOLÓGICO	621
3.4. ELEMENTO FORMAL	622
4. DELEGAÇÃO DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA	623
5. PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA	624
5.1. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA.....	624
5.2. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE E PRINCÍPIO DA INESPECIFICIDADE....	625
5.3. PRINCÍPIO DA INTERGERACIONALIDADE	625
5.4. PRINCÍPIO DA PROSPECTIVIDADE	626
5.5. PRINCÍPIO DA MULTILATERALIDADE	626
5.6. PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	626
5.7. PRINCÍPIO DA SETORIALIDADE.....	627
5.8. PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE	627
5.9. PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	628
CAPÍTULO III – CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	631
INTRODUÇÃO.....	631
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO REGIME CONCESSÓRIO (COMUM, ADMINISTRATIVA E PATROCINADA)	631
1. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	639
1.1. CONCEITO	639
1.2. PERFIL CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL	643
1.3. NATUREZA JURÍDICA.....	644

1.4.	FORMA E CONDIÇÕES DA OUTORGA DO SERVIÇO EM CONCESSÃO ...	646
1.5.	LICITAÇÃO DAS CONCESSÕES	646
1.6.	CONTRATO DE CONCESSÃO	652
1.7.	PRINCIPAIS DIREITOS E DEVERES DAS PARTES	654
1.7.1.	Direitos e deveres do poder concedente.....	654
1.7.2.	Direitos e deveres do concessionário	657
1.7.2.1.	Dos deveres do concessionário.....	657
1.7.2.2.	Dos direitos do concessionário	657
1.8.	FORMAS DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS.....	659
1.8.1.	Causas de extinção da concessão.....	660
1.8.1.1.	Advento do termo contratual	660
1.8.1.2.	Encampação.....	662
1.8.1.3.	Caducidade	663
1.8.1.4.	Rescisão	664
1.8.1.5.	Anulação.....	664
1.8.1.6.	Falência.....	665
1.8.2.	Efeitos jurídicos da extinção da concessão	665
1.8.2.1.	Reversão	665
2.	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.....	666
2.1.	DEFINIÇÃO.....	666
2.2.	DIRETRIZES.....	666
2.3.	ESPÉCIES	667
2.4.	DA LICITAÇÃO.....	667
2.5.	DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	668
2.6.	CONTRAPRESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	669
2.6.1.	Prestação pecuniária.....	669
2.6.2.	A cessão de créditos não tributários	670
2.6.3.	A outorga de direitos em face da Administração Pública.....	671
2.6.4.	A outorga de direitos sobre bens públicos dominicais	671
2.7.	GARANTIAS.....	671
2.8.	GESTÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	671
2.9.	GARANTIAS AO FINANCIADOR	672

3. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	672
4. AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	676
5. CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA	677
5.1. CONCESSÃO COMUM DE INFRAESTRUTURA (ANTIGA CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA)	677
5.2. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAESTRUTURA	679
5.3. CONCESSÃO PATROCINADA DE INFRAESTRUTURA	680
CAPÍTULO IV – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO SOCIAL	685
1. PANORAMA	685
2. CONFIGURAÇÃO DE DIREITOS SUBJETIVOS SOCIAIS	687
3. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	689
3.1. O CONCEITO DE “POLÍTICA PÚBLICA”	690
3.2. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO	690
CAPÍTULO V – FOMENTO	697
1. CONCEITO DE “FOMENTO”	697
2. FUNDAMENTO DO FOMENTO	697
3. CARACTERÍSTICAS DO FOMENTO	698
4. ESPÉCIES DE FOMENTO	698
5. REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE FOMENTO	700
6. INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE FOMENTO	701
6.1. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS	701
6.2. DA OUTORGA DE TÍTULOS	703

TÍTULO III

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS GRAVOSAS

CAPÍTULO I – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	709
---	------------

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	709
1. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	710
1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	710
1.2. CONCEITO DE “INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA”	711
1.3. PRESSUPOSTOS.....	712
1.4. FINALIDADE	713
1.5. SUJEITO INFRATOR E RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO	713
1.5.1. O menor	713
1.5.2. A pessoa jurídica de direito público	714
1.5.3. Desconsideração da pessoa do infrator	714
1.5.4. Responsável	714
1.6. EXCLUDENTES DA INFRAÇÃO	714
1.7. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	715
1.7.1. Princípio da legalidade	715
1.7.2. Princípio da tipicidade	715
1.7.3. Princípio da anterioridade.....	716
1.7.4. Princípio da irretroatividade.....	717
1.7.5. Princípio da processualidade	717
1.7.6. Princípio do devido processo legal	717
2. SANÇÃO ADMINISTRATIVA.....	717
2.1. CONCEITO	718
2.2. FINALIDADE	718
2.3. SUJEITO	719
2.4. EXCLUDENTES DA SANÇÃO	719
2.5. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À SANÇÃO ADMINISTRATIVA	719
2.6. SANÇÃO E PROVIDÊNCIAS CAUTELARES.....	721
2.7. ESPÉCIES DE SANÇÕES.....	722
2.8. EXTINÇÃO DAS SANÇÕES	723
CAPÍTULO II – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	725
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	725
2. SENTIDO DA EXPRESSÃO “ORDEM ECONÔMICA”	728
3. NOÇÃO DE “ATIVIDADE ECONÔMICA”	730

4. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA.....	732
4.1. VALORIZAÇÃO DO TRABALHO	732
4.2. LIVRE-INICIATIVA	733
4.2.1. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	734
4.3. SOBERANIA NACIONAL.....	736
4.4. PROPRIEDADE PRIVADA.....	737
4.4.1. Função social da propriedade	737
4.5. DEFESA DO CONSUMIDOR	738
4.6. DEFESA DO MEIO AMBIENTE	742
4.6.1. Lei Geral do Licenciamento Ambiental.....	743
4.7. LIVRE CONCORRÊNCIA.....	747
4.7.1. Infrações à ordem econômica	748
4.7.1.1. Classificação das Infrações	748
CAPÍTULO III – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	765
1. INTRODUÇÃO	765
2. DESAPROPRIAÇÃO	769
2.1. CONCEITO	769
2.2. FUNDAMENTOS.....	769
2.3. A NATUREZA JURÍDICA DO INSTITUTO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	770
2.4. AS DIVERSAS ESPÉCIES DE DESAPROPRIAÇÃO	771
2.5. PRESSUPOSTOS.....	772
2.6. A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DESAPROPRIAÇÃO	773
2.7. A COMPETÊNCIA PARA DESAPROPRIAR.....	773
2.8. A COMPETÊNCIA PARA PROMOVER A DESAPROPRIAÇÃO.....	773
2.9. A ORDEM DE PREFERÊNCIA NA DESAPROPRIAÇÃO.....	774
2.10. O OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO	775
2.11. BENEFICIÁRIOS DA DESAPROPRIAÇÃO	775
2.11.1. Espécies de desapropriações que podem beneficiar terceiros	776
2.12. AS FASES DO PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO	778
2.12.1. Fase declaratória. A expedição de declaração de utilidade pública ou interesse social	778
2.12.1.1. Conteúdo da declaração de utilidade pública	779

2.12.1.2. Os efeitos da declaração de utilidade pública	779
2.12.1.3. Controle judicial da declaração de utilidade pública ou interesse social	781
2.12.2. Segunda fase do procedimento expropriatório: fase executória.....	781
2.12.2.1. Fase executória administrativa	781
2.12.2.2. Fase executória judicial. Ação de desapropriação	782
2.13. A IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE	783
2.13.1. Conceito	783
2.13.2. Pressuposto	784
2.14. A JUSTA INDENIZAÇÃO. JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA. OUTRAS DES- PESAS. HONORÁRIOS DE ADVOGADO	785
2.14.1. Conceito de “justa indenização”	785
2.14.2. A correção monetária.....	786
2.14.3. Juros moratórios	786
2.14.4. Juros compensatórios	787
2.14.5. A cumulação de juros compensatórios e moratórios.....	788
2.14.6. Danos emergentes e honorários advocatícios	788
2.15. O MOMENTO EM QUE SE CONSUMA A DESAPROPRIAÇÃO	788
2.16. O DESTINO DO BEM DESAPROPRIADO	789
2.16.1. Retrocessão.....	790
2.16.1.1. Natureza jurídica.....	790
2.16.1.2. Compostura do direito de preferência do expropriado ..	794
2.16.1.3. Prazo prescricional	795
2.17. A DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	795
3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	798
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	798
3.2. CONCEITO	799
3.3. A NATUREZA JURÍDICA	799
3.4. PRESSUPOSTOS.....	799
3.5. CONSTITUIÇÃO	800
3.6. EFEITOS	801
3.7. INDENIZAÇÃO	801

3.8. EXTINÇÃO	801
4. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	801
4.1. HISTÓRICO	801
4.2. CONCEITO	802
4.3. ESPÉCIES	802
4.4. CARACTERÍSTICAS.....	804
5. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	804
5.1. CONCEITO	804
5.2. CONTEÚDO.....	805
6. TOMBAMENTO	805
6.1. CONCEITO	805
6.2. A NATUREZA JURÍDICA	805
6.3. OBJETO.....	806
6.4. ESPÉCIES	806
6.5. PROCEDIMENTO.....	806
6.6. EFEITOS	807

TÍTULO IV

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS PATRIMONIAIS

CAPÍTULO I – REGIME JURÍDICO DO DOMÍNIO PÚBLICO	809
1. CONCEITO DE “BENS”	809
2. DOMÍNIO PÚBLICO	809
2.1. REGIME JURÍDICO DO DOMÍNIO PÚBLICO	811
3. BENS PÚBLICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	812
4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	812
4.1. BENS DE USO COMUM	816
4.2. BENS DE USO ESPECIAL	818
4.3. BENS DOMINICAIS.....	819

5. REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS	821
5.1. REGIME JURÍDICO DOS BENS DE USO COMUM DO POVO E DOS BENS DE USO ESPECIAL	821
5.1.1. Inalienabilidade	822
5.1.2. Imprescritibilidade	823
5.1.3. Impenhorabilidade	825
5.1.4. Impossibilidade de oneração.....	825
5.2. REGIME JURÍDICO DOS BENS DOMINICAIS	826
6. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	830
CAPÍTULO II – FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS ADMINISTRA-	
DOS	835
1. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS ADMINISTRADOS	835
1.1. UTILIZAÇÃO DOS BENS DE USO COMUM	835
1.2. UTILIZAÇÃO DOS BENS DE USO ESPECIAL	836
1.3. UTILIZAÇÃO DOS BENS DOMINICAIS.....	836
1.3.1. Locação	836
1.3.2. Concessão de direito real de uso	837
1.3.3. Concessão de uso	839
1.3.4. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	839
1.3.5. Autorização de uso	840
1.3.5.1. Autorização de uso de área pública para fins comerciais.....	840
1.3.6. Permissão de uso.....	841
1.3.7. Cessão	842
1.3.8. Enfitese	842
1.3.8.1. O aforamento ou enfitese de bens públicos.....	844
1.3.9. Alienação	845
1.3.9.1. Venda.....	845
1.3.9.2. Doação	845
1.3.9.3. Permuta.....	846
1.3.9.4. Dação em pagamento.....	846

TÍTULO V

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE CONTROLE

CAPÍTULO I – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	849
1. CONCEITO DE “CONTROLE”	849
2. CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE.....	850
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO	850
4. CONTROLE EXTERNO	855
4.1. O CONTROLE LEGISLATIVO	855
5. NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	869
6. LIMITES À REVISÃO JUDICIAL DAS DECISÕES SOBRE TOMADA DE CONTAS	872
7. EFEITOS DAS DECISÕES DE TOMADAS DE CONTAS E COMUNICABILIDADE DE INSTÂNCIAS	873
8. CONCLUSÃO	875
8.1. O CONTROLE JUDICIAL	875

TÍTULO VI

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

CAPÍTULO I – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	879
1. TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	879
2. CONCEITO DE “RESPONSABILIDADE CIVIL”.....	881
3. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	881
3.1. FATO ANTIJURÍDICO.....	881
3.2. NEXO DE IMPUTAÇÃO.....	881
3.2.1. A atuação culposa.....	882
3.2.1.1. Dolo.....	882
3.2.1.2. Culpa	882

3.3.	DO ATO ILÍCITO	883
3.3.1.	Atos não considerados ilícitos	884
3.4.	IMPUTAÇÃO PELO RISCO	884
3.5.	DANO.....	885
3.5.1.	Dano moral.....	886
3.6.	NEXO DE CAUSALIDADE	887
3.6.1.	Prova do nexo de causalidade.....	887
3.6.2.	Fatos excludentes da causalidade.....	887
3.6.2.1.	Fato do lesado, fato da vítima	888
3.6.2.2.	Fato de terceiro.....	888
3.6.2.3.	Caso fortuito ou força maior	888
4.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	888
4.1.	INTRODUÇÃO	888
4.2.	EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE POR ATOS ADMINISTRATIVOS	888
4.3.	FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	890
4.4.	SUJEITOS QUE COMPROMETEM O ESTADO.....	890
4.5.	CARACTERES DA CONDUTA LESIVA ENSEJADORA DE RESPONSABILIDADE.....	891
4.6.	DANO INDENIZÁVEL	892
4.7.	EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	892
4.8.	DIREITO DE REGRESSO	896
4.9.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANOS DECORRENTES DE LEIS E REGULAMENTOS	897
4.10.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS JURISDICIONAIS	898

TÍTULO VII

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS EXTINTIVAS

CAPÍTULO I – DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	903
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	903
2. DA PRESCRIÇÃO	904
2.1. CONCEITO	904
2.2. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS OU INTERRUPTIVAS	905

2.3. REGRAS APLICÁVEIS À PRESCRIÇÃO	906
2.4. PRAZOS PRESCRICIONAIS	906
3. DA DECADÊNCIA.....	906
3.1. PRAZOS DE DECADÊNCIA	907
4. PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E PRECLUSÃO	907
5. PRESCRIÇÃO EM OUTROS RAMOS DO DIREITO	907
6. PRESCRIÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO	907
6.1. PRAZOS EXTINTIVOS DA PRETENSÃO DO ADMINISTRADO PARA PLEITEAR DIREITO NA VIA ADMINISTRATIVA.....	908
6.2. DA PRESCRIÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS DO ADMINISTRADO CONTRA O PODER PÚBLICO	909
6.3. PRAZOS EXTINTIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA TUTELAR DIREITO OU INTERESSE NA VIA ADMINISTRATIVA	911
6.4. PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA O ADMINISTRADO.....	913
6.5. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA	918
BIBLIOGRAFIA.....	921